

A Avaliação da Extensão Universitária na UERJ: Resultados e Desafios

Área Temática de Avaliação Institucional da Extensão Universitária

Resumo

Este trabalho apresenta uma síntese do percurso da metodologia de avaliação adotada pela UERJ, em especial, os seus objetivos e as principais etapas elaboradas e os primeiros resultados alcançados. A proposta de avaliação da extensão universitária na UERJ teve como pressuposto que ela não seria utilizada com o propósito de controle e fiscalização, mas que teria como objetivo fundamental fornecer subsídios que permitissem viabilizar o processo de tomada de decisões da Sub-reitoria de Extensão e Cultura, valorizando as ações bem sucedidas, e, muitas das vezes, apresentando alternativas que se revelassem necessárias, de forma a propiciar que os objetivos traçados para a extensão na UERJ pudessem ser alcançados. Para isso as propostas e os instrumentos de avaliação foram elaborados a partir da discussão com os participantes da extensão. Um aspecto importante foi manter em todo o processo de elaboração da proposta de avaliação as linhas básicas do Fórum Nacional de Extensão Universitária. Ao final, identificamos alguns desafios que se apresentam para a gestão da extensão universitária tais como a necessidade de se investir em financiamento da extensão; de estimular as parcerias e de fomentar a articulação ensino-pesquisa e extensão.

Autoras

Sonia Regina Mendes dos Santos - Prof^a Adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Luciana M. Cerqueira Castro – Prof^a Adjunta do Instituto de Nutrição

Instituição

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Palavras-chave: avaliação; extensão universitária; universidade

Introdução e objetivo

Sobre a construção do processo de avaliação na UERJ.

A avaliação é um processo político, tanto as políticas para o ensino superior, em especial para a extensão, quanto a avaliação não se dão em um vazio político. A avaliação, como processo de investigação, lida com ideologias, perspectivas sociais para a educação e interesses de grupos distintos, que confluem para um processo avaliativo e para a atuação de um grupo que tem o poder de planejar as políticas da avaliação e os meios como ela desenvolver-se-á. A avaliação também é uma técnica, caracterizada por uma elaboração própria, de acordo com as decisões políticas. Além disso, por meio dela as instituições podem responder como estão sendo aplicados os recursos e que resultados estão sendo alcançados.

É por essa via de entendimento que pudemos pensar algumas possibilidades da avaliação da extensão na UERJ tornar-se mais do que um processo de aferição de situações, o que já vem sendo realizado, mas um processo crítico de análise das mudanças que ocorrem no âmbito da atividade extensionista na universidade, enfatizando uma perspectiva mais participativa entre os coordenadores das atividades extensionistas e o processo avaliativo. Um dos aspectos centrais no processo de construção da avaliação foi localizar de imediato as questões que pretendíamos responder, quais sejam: “em que medida programas e projetos existentes se aproximam dos objetivos da extensão na UERJ? Quais os resultados obtidos

pelos programas/projetos desenvolvidos na universidade? Que conceito, concepções e práticas nas atividades deveriam ser intensificadas? Que programas/projetos seriam incentivados? Quais deveriam ser redimensionados? Até que ponto as atividades extensionistas interferem no processo formativo dos alunos, na dinâmica de organização e funcionamento dos cursos de graduação e na constituição da autonomia econômica e social das populações envolvidas?” (Mendes e Castro, 2001, p. 12).

A resposta a tais questões não foi tarefa fácil, exigia que a avaliação da extensão universitária tivesse um caráter contínuo e adotasse uma forma mista de procedimentos de aferição das atividades desenvolvidas a partir das suas proposições realizadas no âmbito dos departamentos das unidades acadêmicas, seu planejamento, sua execução e resultados de forma a permitir a realização de análises quantitativas e, principalmente, qualitativas.

As primeiras iniciativas da avaliação não pretendiam ser confundidas com procedimentos de mero controle e fiscalização, mas almejavam ser identificadas como uma atividade que buscava fornecer subsídios que permitissem confirmar decisões e ações bem sucedidas, introduzir outras que se revelassem necessárias tendo como referência os objetivos da extensão na universidade quais sejam: as atividades de extensão devem dar especial atenção às oportunidades que oferecem aos estudantes, professores e técnicos para ação e reflexão em torno de questões da área de estudo a que se dedicam; estabelecer prioridades de acesso à Universidade de grupos dela excluídos; realizar transferência de tecnologia, produção e difusão do saber e contribuir na formulação e avaliação de políticas públicas (Lázaro, A.. 2000).

Um outro aspecto importante foi conceber uma proposta de avaliação na UERJ atrelada às diretrizes gerais da política nacional de avaliação, definidas para a extensão através do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

De posse desses parâmetros demos início a elaboração de uma proposta de avaliação pautada em três etapas de acordo com o fluxo de registro e acompanhamento das atividades extensionistas na UERJ.

As etapas do processo que dão suporte para avaliação foram assim concebidas:

- a avaliação do projeto/programa no momento de sua proposição, onde se avaliava a identidade com a natureza das ações extensionistas; a relevância social, econômica e política dos problemas abordados, em especial, as necessidades que o projeto espera responder; a relevância acadêmica, ou seja, as possibilidades proclamadas de: articulação com a pesquisa e o ensino, os segmentos sociais envolvidos, a interação com órgãos públicos e privados; a possibilidade de disseminação de conhecimentos; a disponibilidade de recursos materiais, financeiros, técnicos e humanos, e a estrutura do projeto - seus níveis de autoridade e procedimentos – incluindo a promoção de mecanismos de avaliação; e por último, suas possibilidades de concretização.

- a avaliação da implementação dos projetos/programas da extensão universitária na universidade que procura detectar as dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto, a busca de soluções e gestão dos coordenadores sobre o projeto, as articulações desenvolvidas com o ensino e a pesquisa, a interação com os órgãos públicos e privados e outros segmentos organizados sociais envolvidos. A gestão do projeto nesse processo inclui a definição de critérios de acompanhamento e avaliação adotados, seus recursos materiais e humanos e as suas condições operacionais. Privilegiou-se como fonte principal dessas informações o resultado da avaliação realizada na Mostra de Extensão realizada anualmente na UERJ.

- a avaliação dos efeitos – onde se avalia em que medida o projeto alcança seus resultados, quais foram os seus efeitos previstos e não previstos. A avaliação dos resultados alcançados; apropriação, utilização e reprodução do conhecimento envolvido na atividade de extensão pelos parceiros. Procura captar, em suma, o efeito da interação resultante da ação da extensão

nas atividades acadêmicas. A fonte principal de informação são os relatórios finais elaborados anualmente pelos coordenadores de projetos (Mendes e Castro, 2001).

Os três aspectos da avaliação se interligam, sendo que não há um privilegiar de um olhar sobre cada um deles sem considerar as relações postas com os demais momentos do processo. Realizar a avaliação sobre cada um desses momentos tem representado muito esforço, desde a elaboração de documentos até a preparação de equipes através do convite de avaliadores *ad hoc*, pois cada uma das etapas pressupõe uma série de implicações tanto de ordem conceitual como operacional, quanto a seleção das estratégias metodológicas e dos procedimentos técnicos que vão ser utilizados na coleta de dados e, ainda mais, pressupõe sistematicamente, a revisão de procedimentos e instrumentos de coleta de dados.

É preciso destacar que tivemos como prática o incentivo para que a avaliação inicial do projeto ocorresse dentro das próprias unidades acadêmicas, nos departamentos e órgãos colegiados e no Conselho Departamental de forma que a proposta seja aprovada quanto a pertinência do seu conteúdo. Ao ser encaminhada ao Departamento de Projetos de Extensão-DEPEXT, este designava um avaliador, membro da Comissão de Assessoramento e Avaliação do DEPEXT, que apreciaria o projeto sob os aspectos apontados anteriormente.

A comunicação dos resultados do processo avaliativo, de modo geral se constituiu como momento privilegiado para o debate sobre o papel das atividades de extensão realizadas na universidade.

Desafios e questões enfrentadas.

Definidas as etapas do processo avaliativo, seus principais procedimentos e instrumentos, uma das questões enfrentadas foi ampliar a discussão sobre as dimensões da avaliação adotadas, de forma a mobilizar a comunidade acadêmica explicitando que permaneceriam as necessárias autonomia e liberdade de ação para a realização das atividades. Nessa perspectiva, não podemos ignorar que as referências mais significativas do processo de avaliação incidem sobre o planejamento da extensão na UERJ, sua gestão e os resultados do trabalho que se desenvolvem, seus benefícios, que são atingidos direta ou indiretamente na forma de produtos e resultados.

Com o intuito de melhor esclarecer e sistematizar as unidades de análise que foram objeto da avaliação, organizamos o quadro abaixo:

Dimensões	Unidades de Análise	Avaliação Inicial Cadastro	Mostra de Extensão	Avaliação dos efeitos Relatório anual
Relevância	Relevância social	sim	não	não
	Relevância acadêmica	sim	não	não
Gestão	Estrutura do projeto	sim	não	não
	Sistemática de avaliação do projeto	sim	sim	sim
	Implementação do projeto/ Processo de gestão	não	sim	sim
Resultados	Resultados obtidos /Produtos	não	sim	sim

O quadro pretende demonstrar as categorias definidas para a avaliação. Um aspecto importante a ser observado na definição de tais categorias é o caráter permanente na análise

do projeto desde de seu momento inicial da proposição, durante a sua implementação até a apresentação dos seus relatórios.

Todo o processo de avaliação adota a forma mista de expressão de seus resultados utilizando-se de análises qualitativas e quantitativas. Não basta ao processo de avaliação definir as unidades de análise e os momentos em que elas serão avaliadas, é preciso estabelecer também formas de exprimir os resultados dos estudos e análise.

A análise e interpretação dos dados procurou estabelecer, em alguns momentos, a uma classificação provisória e elementar dos programas e projetos existentes na universidade.

Mesmo ao se considerar a necessidade da avaliação contribuir com o processo decisório na UERJ, no que tange, em especial, a decisão sobre a alocação de bolsas para alunos que participam das atividades em extensão universitária, a sistematização de procedimentos que classificam os projetos mediante a atribuição de conceitos não tem se tornado a finalidade primordial de todo o trabalho desenvolvido. De certo, isso significa que os projetos existentes devem estar articulados aos objetivos institucionais e com os projetos acadêmicos e pedagógicos da instituição tendo como horizonte a formação humana para os desafios do nosso tempo, o desenvolvimento de conhecimentos e propostas de solução que se realizem na exata dimensão das necessidades e expectativas da sociedade.

O que encontramos.

As considerações apresentadas nos comentários dizem respeito às avaliações realizadas nos anos de 2001 e 2002 na Mostra de extensão (avaliação de processo) e nos relatórios finais (avaliação dos efeitos).

As avaliações nos mostram, portanto, um avanço na formalização da pesquisa junto aos projetos, fato que os tem tornado mais consistentes teoricamente, mostrando também a incorporação da reflexão sobre seu fazer. Este fato reforça a tese de que a extensão não está somente centrada no ativismo, que tanto caracterizou suas atividades ao longo dos anos. Quanto à integração com o ensino formal, ainda temos muito que avançar. Apesar de nossos projetos já servirem de campo de prática para as disciplinas do currículo e terem, a partir de suas experiências, elaborado disciplinas eletivas, é possível perceber que a indissociabilidade é mais freqüente quando os coordenadores das propostas são também professores de disciplinas afins.

Assim, ainda nos falta tornar as atividades de extensão mais orgânicas e integradas consistentemente na vida da unidade acadêmica. Esta desagregação passa também pelo fato de se ter tempos diferenciados. A idéia do ensino articulado à extensão baseia-se em atitudes de reflexão, análise, tomada de decisão, articulação com o outro, escuta atenta, parcerias. A lógica de organização de um currículo que contemple a extensão universitária não pode ser a que aí está, a qual separa-o em caixinhas. Deve prever um tempo e um acontecer diferentes. Um tempo dos parceiros, um tempo dos contatos, um acontecer de revisitas às propostas (Castro, 2004, p. 159). As possibilidades de integração são grandes e podem ser proíficas, mas dependem de novas redefinições, aprendizagens e de novos tipos de gestões da extensão, da pesquisa e do ensino de nível superior (Botomé, 2001, p. 159).

Sabemos também que a dissociação entre as três funções está intimamente ligada à lógica que preside os projetos pedagógicos das Universidades, ou seja, alicerçados numa concepção de conhecimento decorrente de um paradigma de ciência e de mundo fragmentados, portanto a tarefa é mais ampla que a extensão, é da concepção dos currículos.

Outro ponto percebido através das avaliações, foi que os projetos ainda não incorporaram de forma efetiva a avaliação de suas ações e dos seus alunos. Entendemos que a avaliação é uma oportunidade para se refazer os caminhos traçados para o projeto, em parceria com a equipe. Ela deve estar prevista em cada etapa de trabalho e permite que, ao final da atividade, se tenha a possibilidade de avaliar a proposta como um todo. É importante salientar que não havia, por parte da gerência da extensão, uma orientação de como se fazer

avaliação e sim o estímulo para que cada proposta desenvolvesse um tipo de avaliação que fosse mais condizente com seu trabalho.

Percebeu-se também que as propostas desenvolveram como atividades do projeto algum tipo de produto, sendo a maioria a elaboração de artigos científicos e a realização de eventos. Outro fator importante de ser destacado foi a apresentação da proposta em eventos científicos. Estes fatos indicam que os projetos de extensão podem disseminar os conhecimentos produzidos por eles.

Em relação as parcerias verificou-se que a maioria dos projetos desenvolvem suas atividades sem parceiros internos, de outros departamentos ou unidades. Estas dificuldades apontam para a necessidade de desenvolvimento de estratégias gerenciais para o fomento da articulação interna. Acreditamos que o fortalecimento das áreas temáticas, com coordenações específicas, pode trazer resultados nesta área. Quanto às parcerias externas à Universidade, verificamos que esta se dá, em sua maioria, com órgãos públicos. O fato de realizar tais atividades com órgãos públicos, contudo, parecem não significar que os projetos incorporem uma postura avaliativa em relação às políticas públicas ou tenham influência na sua elaboração ou reformulação. De um modo geral, a parceria conflui para a realização de ações identificadas como significativas para a formação do aluno e o desenvolvimento do projeto naquela área específica.

O processo avaliativo também detectou as dificuldades enfrentadas pelos coordenadores, dentre elas, destaca-se sobremaneira o financiamento da extensão. Apesar da UERJ oferecer 420 bolsas de extensão, ter normatizado a alocação de carga horária dos professores em extensão (Sub-Reitoria de Extensão..., 2003), pontuar as atividades de extensão para obtenção de Bolsa do Prociência - modalidade de bolsa recebida por professores com 40 horas semanais e com produtividade reconhecida através da análise de seu currículo-, e ter conseguido possibilitar a participação de professores e técnicos em atividades científicas, não existe um financiamento específico e freqüente, em moeda, para a realização das atividades.

Conclusões

A extensão universitária, diferentemente do ensino e da pesquisa, pouco foi regulamentada pelos órgãos de governo, tanto no que diz respeito a normalização de suas práticas, quanto do financiamento de suas atividades. “ Este distanciamento imposto permitiu que ela se organizasse por dentro e pudesse se dedicar a construir uma relação mais próxima da sociedade” (Castro, 2004, p.48), e, no caso da avaliação, desenhar seu próprio processo avaliativo. Porém o que se percebe é que ainda parece difícil conseguir ingressar de forma mais consistente nas arenas de decisão de assuntos relevantes. O distanciamento, se por um lado facilita o desenho de uma extensão que se deseja para cada universidade, por outro impõe uma tarefa árdua de construção de processos e assim de constantes adaptações e revisitas às propostas.

A avaliação é uma função da gestão universitária destinada a auxiliar o processo de decisão visando torná-lo mais efetivo possível. No campo da extensão, o processo de avaliação também se constitui uma exigência contemporânea, ou seja, uma exigência no caminho de tentar alcançar a complexidade que é avaliar práticas e ações no campo da extensão.

Nesse sentido, a avaliação da extensão tem se constituído um campo de trabalho propício para a análise de processo de trabalho implementado pela extensão, os resultados alcançados com esse processo de trabalho e as repercussões das ações na comunidade interna e externa da universidade.

A avaliação exige, cada vez mais, a utilização de uma série de técnicas abrangentes adequadas ao que se vai avaliar, que permitam “dar voz” a todos os participantes do processo

visando, principalmente, o avanço no processo de análise, aprofundamento do conhecimento dado pelas informações coletadas e geração de novas questões.

No contexto atual podemos apontar para algumas análises significativas; uma delas nos remete a aspectos que já foram introduzidas nos projetos, que, muitas das vezes, redirecionaram suas ações, em suma, reorganizaram-se em função da avaliação. Do outro lado, estamos cada vez mais cientes de que a extensão universitária na UERJ realiza relevante produção de conhecimentos e se alicerça no conceito de teoria-prática, consciência/autoconsciência dos participantes, sendo importante instância formadora dos nossos discentes.

Assim, há de se considerar a extensão como uma das formas que a universidade tem de produzir, e de disseminar conhecimento, alicerçado principalmente na experiência. Nessa perspectiva, emerge a discussão da flexibilização curricular, onde a extensão não só suscita a criação e o desenvolvimento de novas áreas de conhecimento necessárias para a formação integral dos estudantes, mas reconhece o desafio de garantir como preocupação inicial o registro das atividades extensionistas no histórico escolar dos seus alunos, que de forma independente e autônoma participam dos inúmeros projetos extensionistas da UERJ. Os projetos que congregam tais preocupações são potencialmente os projetos que fazem com que a extensão reafirme seu lugar na universidade. Uma Universidade que se quer sintonizada e comprometida com os problemas cruciais da sociedade.

Em suma, sabemos por nossa experiência que a avaliação que produz conhecimento apropriável pela comunidade, não o faz de forma descontextualizada. A avaliação da extensão não tem sentido se estiver desconectada do cenário que é hoje a extensão universitária, e que gera a própria necessidade de avaliação da função. Contudo, é de tal monta essa variação do ponto de vista da extensão universitária, que não se pode abordá-la como se fosse única, como uma possibilidade ímpar de pensá-la e vivê-la nas universidades públicas do país, mas há que se considerar as várias “extensões” existentes dentro de uma mesma universidade. Por todo esse percurso, a avaliação da extensão na UERJ tornou-se mais do que um processo de aferição de situações, mas caminha para um processo crítico de análise das mudanças que ocorrem no âmbito da atividade extensionista na universidade, o que não a isenta de enfrentar algumas questões de extrema importância para o seu processo de aprimoramento tais como: aprofundar a articulação entre as três funções da universidade a partir da extensão universitária, bem como instigar que cada projeto incorpore a dimensão avaliativa, de forma que possa apreender o aprimoramento da formação do aluno e o manejo do conhecimento pela sociedade.

Referências bibliográficas

BOTOMÉ, S.P. Extensão universitária: equívocos, exigências, prioridades e perspectivas para a universidade. In: FARIA, D.S. (org.) **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p.159-175.

CASTRO, L.M.C. **A Universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores**: (Ainda existem utopias realistas). Rio de Janeiro, 2004, 185 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LÁZARO, A. **Marcos para a discussão da política de extensão na UERJ, gestão 2000-2003**. set, 2000, Mimeo.

MENDES, S.R.; CASTRO, L.M.C. A avaliação da Extensão: dos documentos do Fórum Nacional de Pró-reitores à Proposta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). **Interagir: pensando a extensão**. Rio de Janeiro. n.1, p 9-14, 2001.

SUB-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. **Ordem de serviço 004/Sr-3/2003 de 21/08/2003**. Regulamenta a alocação de Carga Horária em Extensão e dá outras providências.